

PROJETO DE LEI Nº 023/23, DE 04 DE ABRIL DE 2023.

Altera a Lei Municipal nº 490/03, que dispõe sobre os quadros de cargos e funções públicas do Município de Roca Sales e estabelece o Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais, e dá outras providências.

AMILTON FONTANA, Prefeito do Município de Roca Sales, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER que a Câmara de Vereadores do Município de Roca Sales aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterada a denominação da Função Gratificada de Chefe de Comunicação e Turismo constante na Lei Municipal nº 490/03, de 24 de dezembro de 2003, que dispõe sobre os Quadros de Cargos e Funções Públicas do Município de Roca Sales e estabelece o Plano de Carreira dos Servidores, passado a denominar-se de **Gestor de Contratos**, bem como as atribuições da referida Função Gratificada, que passam a vigorar nos moldes do Anexo III, como segue:

CATEGORIA FUNCIONAL: GESTOR DE CONTRATOS.

PADRÃO DE VENCIMENTO: FG - 06.

ATRIBUIÇÕES:

A) - Descrição Sintética: acompanhar de maneira geral o andamento das contratações.

B) - Descrição Analítica: conferir a existência de empenho prévio à realização da despesa; providenciar a publicação tempestiva do extrato do contrato; conferir a existência de designação de fiscal para cada contrato celebrado pela Administração e da indicação formal de preposto pelo contratado; controlar os prazos de vencimentos dos contratos, dos fornecimentos e dos serviços de caráter continuado, sugerindo à autoridade superior o aditamento do ajuste ou a abertura de nova licitação, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do término da vigência; controlar os limites de acréscimo e de supressão nas obras, serviços ou compras, inclusive em atas de registro de preços, em conformidade com a legislação, adotar as providências para a confecção tempestiva dos termos aditivos, quando for o caso, atendidas às formalidades previstas na legislação, receber ou formular os pedidos de repactuação e de reequilíbrio econômico-financeiro, encaminhando para os órgãos competentes realizarem a análise correspondente, submetendo-os à autoridade superior, verificar a validade da garantia prestada no momento da assinatura, examinar a possibilidade da sua substituição nos casos em que permitida e providenciar a sua liberação ao fim do contrato, conforme o caso; deliberar sobre o pedido de substituição do responsável técnico, desde que este detenha experiência e qualificação equivalente ou superior ao substituído, a ser verificada de acordo com as regras do processo que deu origem à contratação; examinar, periodicamente, a atualização e a adequação da documentação do contratado em relação às obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, notificando-o em caso de irregularidade, dando ciência à autoridade superior, sugerindo a aplicação de sanção e a

rescisão contratual no caso de manutenção do descumprimento, observando a ampla defesa e o contraditório, manifestar-se sobre eventual pedido de subcontratação, supervisionar o fiscal na realização das atividades necessárias à liquidação da despesa, visando à observância da ordem cronológica de pagamentos; executar outras atividades determinadas pelo superior hierárquico; cumprir com as atribuições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/21; Executar outras tarefas correlatas que lhe foram atribuídas pela autoridade superior; vinculado a Secretaria Municipal da Fazenda.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

A) - Geral: carga horária semanal de 37.30 horas.

B) - Especial: o exercício do cargo exige atendimento ao público e sujeito a viagens.

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

A) - Instrução: 2º Grau Completo.

B) - Idade: 18 anos completos.

----- X -----

Art. 2º - Fica alterada a denominação da Função Gratificada de Assessor de Administração constante na Lei Municipal nº 490/03, de 24 de dezembro de 2003, que dispõe sobre os Quadros de Cargos e Funções Públicas do Município de Roca Sales e estabelece o Plano de Carreira dos Servidores, passado a denominar-se de **Agente de Contratação**, bem como as atribuições da referida Função Gratificada, que passam a vigorar nos moldes do Anexo III, como segue:

CATEGORIA FUNCIONAL: AGENTE DE CONTRATAÇÃO.

PADRÃO DE VENCIMENTO: FG - 07

ATRIBUIÇÕES:

A) - Descrição Sintética: Acompanhar os trâmites da licitação, tomar decisões e dar impulso ao procedimento licitatório, executando quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

B) – Descrição Analítica: Dar impulso ao processo licitatório, tomar decisões, assumindo a condução das atividades administrativas a partir da divulgação do edital até a homologação, atuando de ofício ou mediante provocação, julgando as propostas e a habilitação dos licitantes, manifestando-se sobre eventuais pedidos de esclarecimentos, impugnações ao edital e recursos; tomar decisões em prol da boa condução da licitação, inclusive demandando às Secretarias responsáveis pelas solicitações das contratações os questionamentos necessários para os esclarecimentos de dúvidas sobre o objeto, suas características e condições de contratação e a prestação de informações para o eventual saneamento do processo licitatório; acompanhar os trâmites da licitação, promovendo diligências, se for o caso, observado o grau de prioridade da contratação; conduzir e coordenar a sessão pública da licitação, recebendo, examinando e decidindo as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos seus anexos, além de requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos; verificar a

conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no edital, em relação à proposta mais bem classificada; sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas; verificar e julgar as condições de habilitação; encaminhar à equipe de apoio os documentos de habilitação, caso verifique a possibilidade de sanear erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos nem sua validade jurídica; indicar o vencedor do certame; coordenar os trabalhos da equipe de apoio; solicitar, a qualquer tempo, manifestação da assessoria jurídica ou do controle interno; encaminhar o processo devidamente instruído, após encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, à autoridade superior; buscar sempre a melhor oportunidade de contratação para a Administração Pública, dentro dos parâmetros da legalidade e ética; operacionalizar e alimentar as plataformas digitais correlacionadas às atividades atinentes ao cargo, de forma organizada e em cumprimento aos prazos definidos pela legislação pertinente; atender as exigências dos órgãos de controle externo e interno; organizar e manter sob guarda, pelo tempo necessário e previsto na legislação todos os pareceres, apontamentos, projetos, orçamentos e demais documentos integrantes dos processos licitatórios; cumprir com as atribuições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/21. Executar outras tarefas correlatas que lhe foram atribuídas pela autoridade superior; vinculado a Secretaria Municipal da Fazenda.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- A) - Geral:** carga horária semanal de 37.30 horas.
B) - Especial: o exercício do cargo exige aperfeiçoamento na área pública e sujeito a viagens.

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

- A - Instrução:** 2º Grau Completo e participação em cursos de especialização ou aperfeiçoamento em Administração Pública.
B - Idade: 18 anos completos.

----- X -----

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta de Dotação Orçamentária própria inserida no Orçamento vigente.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ROCA SALES
 EM 04 DE ABRIL DE 2023.

AMILTON FONTANA
 Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

GILMAR LUIZ FIN
 Agente Administrativo

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 023/23.

SENHOR PRESIDENTE.
SENHORES VEREADORES.

Com o Projeto de Lei pretende-se alterar a **Lei Municipal nº 490/03**, de 24 de dezembro de 2003, que *dispõe sobre os Quadros de Cargos e Funções Públicas do Município de Roca Sales e estabelece o Plano de Carreira dos Servidores*.

Ocorre que foi publicada no Diário Oficial da União do dia 1º de abril de 2021, na edição Extra-F, a **Lei Federal nº 14.133**, de 1º de abril de 2021, também conhecida como a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. O objetivo da legislação foi unificar as Leis nº 8.666/1993 - Lei de Licitações, nº 10.520/2002 - Lei do Pregão, e os artigos 1º a 47-A da Lei nº 12.462/2011 - Lei do Regime Diferenciado das Contratações (RDC).

De acordo com o art. 193 da Lei nº 14.133/2021, a revogação das Leis de Licitações (com exceção dos artigos 89 a 108), Pregão e dos artigos 1º a 47-A da Lei do RDC, ocorreu após decorridos 02 (dois) anos da sua publicação oficial conforme redações que seguem:

Art. 193 - Revogam-se:

I - os arts. 89 a 108 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na data de publicação desta Lei;

II - a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e os arts. 1º a 47-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, após decorridos 2 (dois) anos da publicação oficial desta Lei.

Ao mesmo tempo, a Lei nº 14.133/2021, por força do seu art. 194, disciplina que a sua entrada em vigor ocorreu na data de sua publicação. Isso significa dizer que, por 02 (dois) anos, a Administração podia escolher a legislação que desejava seguir nas licitações, conforme dispõe o art. 191:

Art. 191 - Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso.

Para isso, a Administração devia indicar a legislação escolhida no instrumento de contratação, ou seja, no edital de licitação ou processo de contratação direta, vedada a aplicação de parte da legislação antiga, por assim dizer, com parte da Lei nº 14.133/2021, para a mesma contratação.

Da mesma forma, para os contratos administrativos assinados até a data de 31 de março de 2021, vale destacar que as regras aplicadas à sua execução são as da legislação em vigor quando da sua celebração, ou seja, da Lei nº 8.666/1993:

Art. 190 - O contrato cujo instrumento tenha sido assinado antes da entrada em vigor desta Lei continuará a ser regido de acordo com as regras previstas na legislação revogada.

Igualmente, para contratos assinados a partir de 01 de abril de 2021, mas que o processo de contratação, ou seja, a licitação ou contratação direta tenha seguido o rito das Leis nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002 segue a mesma legislação usada no edital, na dispensa ou na inexigibilidade:

Art. 191 - ...

[...]

Parágrafo único: Na hipótese do caput deste artigo, se a Administração optar por licitar de acordo com as leis citadas no inciso II do caput do art. 193 desta Lei, o contrato respectivo será regido pelas regras nelas previstas durante toda a sua vigência.

Por outro lado, se a contratação ocorreu a partir da vigência da Nova Lei de Licitações e se a Administração a indicar como sendo a lei de regência à contratação, aplica-se, consequentemente aos contratos, as regras da Lei nº 14.133/2021. Em suma, o que determina o rito a ser aplicado ao contrato administrativo é a legislação utilizada quando do processo de contratação.

Após tais colocações, importante lembrar que de conformidade com o art. 193, inc. II da **Lei Federal nº 14.133**, acima transcrito, em 1º de abril de 2023, ou seja, dois anos após a publicação da referida lei que ocorreu em 1º de abril de 2021 no Diário Oficial da União, a antiga Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/93) bem como a Lei do Pregão (Lei nº 10.520) estão revogadas, continuando a vigorar unicamente a Nova Lei das Licitações e Contrato (Lei nº 14.133).

Assim sendo existem vários dispositivos da **Lei nº 14.133** que obrigatoriamente necessitam ser regulamentados através de Decreto, a nível de Município, sendo dois deles o **gestor de contratos** e o **agente de contratação**.

Em relação ao **gestor de Contratos**, vários são os dispositivos em que a referida Lei Federal legisla:

Art. 8º -...

{...}

*§ 3º - As regras relativas à atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, ao funcionamento da comissão de contratação e à atuação de fiscais e **gestores de contratos** de que trata esta Lei serão estabelecidas em regulamento, e deverá ser prevista a possibilidade de eles contarem com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto nesta Lei.*

Art. 18 - ...

{...}

§ 1º - O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

{...}

*X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e **gestão contratual**;*

*Art. 25 - O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à **gestão do contrato**, à entrega do objeto e às condições de pagamento.*

Art. 48 - ...

{...}

Parágrafo único: *Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na **gestão do contrato**, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.*

Art. 92 - São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

{...}

*XVIII - o modelo de **gestão do contrato**, observados os requisitos definidos em regulamento;*

Analisando os dispositivos acima, verifica-se que a Administração Municipal, assim considerados os Poderes Executivo e Legislativo, obrigatoriamente necessitam de um Gestor para todos os seus contratos, cujas atribuições constam no Projeto de Lei.

Quanto ao **agente de contratação**, a nova legislação (Lei nº 14.133) demonstra uma maior preocupação com a atuação dos agentes responsáveis pelas contratações do que a prevista na Lei nº 8.666/1993, de modo que estabeleceu diversas regras e características necessárias para sua designação pela autoridade superior, a saber:

Art. 8º - A licitação será conduzida por agente de contratação, pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

§ 1º - O agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.

§ 2º - Em licitação que envolva bens ou serviços especiais, desde que observados os requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, o agente de contratação poderá ser substituído por comissão de contratação formada por, no mínimo, 3 (três) membros, que responderão solidariamente por todos os atos praticados pela

comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.

§ 3º - As regras relativas à atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, ao funcionamento da comissão de contratação e à atuação de fiscais e gestores de contratos de que trata esta Lei serão estabelecidas em regulamento, e deverá ser prevista a possibilidade de eles contarem com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto nesta Lei.

§ 4º - Em licitação que envolva bens ou serviços especiais cujo objeto não seja rotineiramente contratado pela Administração, poderá ser contratado, por prazo determinado, serviço de empresa ou de profissional especializado para assessorar os agentes públicos responsáveis pela condução da licitação.

§ 5º - Em licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será designado pregoeiro.

De acordo ainda com a Lei nº 14.133/2021, o Chefe do Executivo ao designar o gestor dos contratos e o agente de contratação deve observar as disposições contidas no art. 7º da Lei, que disciplina:

Art. 7º - Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução desta Lei que preencham os seguintes requisitos:

I - sejam, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública;

II - tenham atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuam formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público; e

III - não sejam cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, co-mercantil, econômica, financeira, trabalhista e civil.

Importante frisar que da leitura do art. 7º, inc. II da Lei nº 14.133/2021, os servidores a serem designados como gestor de contratos e agente de contratação devem ser **efetivos ou empregados público** dos quadros permanentes da Administração Pública e obrigatoriamente necessitam ter “**atribuições relacionadas a licitações e contratos** ou possuam formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público”.

Pelos motivos acima com o Projeto de Lei pretende-se tão somente alterar a **denominação das Funções Gratificadas de Chefe de Comunicação e Turismo para “Gestor de Contratos” e de Assessor de Administração para “Agente de Contratação” e suas correspondentes atribuições**, que passam a vigorar conforme consta no Projeto. Importante lembrar que:

- funções gratificadas são exclusivas para servidores efetivos (concursados);
- além das **denominações e atribuições das funções gratificadas, não haverá nenhuma outra alteração**, seja na carga horária, vencimento (salário), instrução para o cargo e idade, como pode ser comprovado com a cópia em anexo.

As modificações das Funções Gratificadas visam proporcionar que dois servidores efetivos, sendo no caso o Gestor de Contratos e o Agente de Contratação, por força da **Lei Federal nº 14.133/2021** e do **Decreto Municipal nº 2.816/23**, cuja cópia se encontra em anexo, possam executar os seus trabalhos nos moldes do que determina os referidos diplomas legais.

Em relação a Função Gratificada de Chefe de Comunicação e Turismo, informamos que atualmente temos no plano de carreira dos servidores o cargo de “**Coordenador de Eventos/Cultura/Turismo**”, que foi criado através da Lei Municipal nº 1.793/19, não vindo a interferir na estrutura administrativa do Município. Quanto a função gratificada de Assessor de Administração, ela já tem atribuições que tratam de licitações e contratos vinculadas ainda a Lei nº 8.666, cuja vigência encerrou-se em 31 de março de 2023, sendo que através do Projeto a Lei estamos apenas adaptando-o as determinações da nova Lei de Licitações e Contratos.

A intenção da Administração com o Projeto de Lei é atualizar a legislação municipal uma vez que o Plano de Carreira dos servidores foi implementado **ainda no ano de 2003, portanto a vinte anos** e tem por objetivo proporcionar a continuidade na realização dos procedimentos licitatórios, agora sob as normas da **Lei Federal nº 14.133/2021**.

Cabe ainda informar que a continuidade na realização de licitações vale também para Câmara de Vereadores, uma vez que são os servidores do Poder Executivo, que a muitos anos, vem realizando e conduzindo todas as licitações do Legislativo Municipal, que não possui estrutura adequada para a finalidade e se utiliza daquela do Executivo.

Informamos por fim, que como não haverá nenhum tipo de aumento de valores com as alterações propostas, não existe também a necessidade de estimativa de impacto financeiro, nos moldes do que disciplina o disposto no inciso I, do artigo 16, da Lei Complementar nº 101/00 e no parágrafo 1º e incisos do artigo 169 da CF/88.

Por tais motivos, solicitamos a aprovação do Projeto de Lei que tem como objetivo efetuar pequena alteração no Plano de Carreira dos Servidores, buscando com isso atender a demanda das licitações dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Roca Sales em cumprimento a legislação federal.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ROCA SALES
EM 04 DE MARÇO DE 2023.

AMILTON FONTANA
Prefeito Municipal